

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O PROCESSO MIGRATÓRIO DO SÉCULO XXI:  
DIÁLOGOS POSSÍVEIS COM SENEGALESES EM PASSO FUNDO/RS-BRASIL<sup>1</sup>

Universidade de Passo Fundo

Brasil

Frederico Santos dos Santos – [frederico@upf.br](mailto:frederico@upf.br)

Maria Helena Weschenfelder – [helena@upf.br](mailto:helena@upf.br)

Vinícius Santos de Miranda – [vmmirandavinicius@gmail.com](mailto:vmmirandavinicius@gmail.com)

**Resumo:**

O projeto de extensão 'UPF e Movimentos Sociais: desafio das relações étnico-raciais' vem trabalhando, desde 2014, junto às demandas dos grupos étnicos senegaleses que estão se inserindo no município de Passo Fundo. As ações desenvolvidas têm sido pensadas considerando uma leitura de realidade realizada junto à comunidade passo-fundense, bem como, fruto de reflexões construídas a partir da inserção da universidade no Fórum de Mobilidade Humana constituído no município em questão. A realidade observada indicou uma série de fragilidades na inserção desses grupos no contexto social do município. Com base nisto o objetivo deste trabalho é compreender como a extensão universitária pode desenvolver suas ações teórico-metodológicas, levando em conta o processo migratório dos senegaleses na cidade de Passo Fundo. O debate desse processo está presente na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão com a produção de conhecimento com tais sujeitos, assim como, na proposição de ações de enfrentamento a toda forma de violência e exclusão que os atingem. Ao tratar de grupos étnicos, lembramos que toda ação deve ser construída respeitando as diferenças culturais e as suas particularidades.

**Palavras-Chave:** xenofobia, direitos, assistência, senegaleses, cultura

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado das ações do projeto de extensão desenvolvido ao longo dos últimos dois anos. Neste período estavam vinculados ao projeto, os professores Elizabeth Nunes Maciel, Frederico Santos dos Santos, Giovana Henrich e Maria Helena Weschenfelder; e os bolsistas Anderson Moreira dos Santos, Vinicius Santos de Miranda e Renata Reschke do Nascimento. Esta última desenvolveu seu projeto de intervenção e trabalho de conclusão de curso em Serviço Social sobre os imigrantes. Neste sentido, agradecemos as contribuições realizadas.

## RECONHECENDO O PROCESSO MIGRATÓRIO

O projeto de extensão "UPF e movimentos sociais: desafio das relações étnico-raciais" nasceu em 2012, sendo institucionalizado no ano de 2013, na Universidade de Passo Fundo, com o objetivo de desenvolver processos para a promoção das culturas indígena, negra e quilombola, de forma articulada entre a universidade e movimentos sociais, de tal maneira que esses grupos étnicos sejam protagonistas das ações.

Desta forma, o projeto tem se constituído num importante mecanismo de articulação para abordar essas culturas na universidade e na comunidade regional. Essas articulações sociais têm permitido à comunidade acadêmica questionar como os grupos étnicos estão representados na sociedade brasileira, desfazendo impressões discriminatórias e racistas presentes no senso comum. Nesse sentido, acreditamos que é papel da universidade, muito mais do que contribuir com o debate, a fim de minimizar a desigualdade e exclusão social, proporcionar condições de acesso e permanência de negros e indígenas nas diversas instâncias do ensino superior e na comunidade em geral.

Este projeto está alicerçado no princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão que garante uma formação de qualidade, pautada nas distintas e concretas realidades podendo-se produzir conhecimento com e nas comunidades, transformando-as. Isso se materializa em virtude deste princípio dentro da universidade enquanto balizador dos processos que vem sendo construídos na comunidade regional. Esta tríade está fundamentada numa perspectiva metodológica que segue processos participativos, dialógicos, dialéticos, levando em conta a historicidade dos sujeitos, bem como aspectos antropológicos dos grupos étnicos senegaleses. Ainda, buscam possibilitar reflexões acerca da temática, visando propiciar transformações na realidade do contexto em que as relações sociais acontecem. Nesse caso, a participação dos diversos atores sociais envolvidos torna-se relevante em todo processo. Esta perspectiva teórico-metodológica segue distintos autores.

Conforme Freire (1987), quando iniciamos um processo participativo, procuramos construir um processo democrático no desenvolvimento da experiência e para isso precisamos partir do princípio de que todos somos sujeitos no ato de produzir saberes, de compreender e de transformar a realidade. E é só neste diálogo que é possível perceber que todos os sujeitos envolvidos neste processo têm algo a dizer e, a partir disto, garantir o instrumento da fala. Estes momentos não podem ser construídos sob a lógica operacional, menos ainda sob a luz de metodologias equivocadas de pesquisa. É preciso que se lance

um olhar profundo para a subjetividade dos sujeitos destes grupos, a partir disto podemos nos valer do que diz Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser traduzidos à operacionalização de variáveis. (2001,p.21)

Para que estas relações possam ser construídas com tal profundidade respeitando as significações e singularidades trazidas pelos sujeitos dos respectivos grupos étnicos, só podemos pensar em fazê-la dando voz a estes sujeitos. Só eles então podem revelar através da fala, seus conflitos, anseios, perspectivas, conquistas e sua historicidade sociocultural.

Nesse momento do projeto, o grupo está trabalhando com os grupos étnicos africanos que vêm se instalando no município de Passo Fundo, especificamente senegaleses. A leitura de realidade institucional e da comunidade de Passo Fundo/RS indicou, entre outras necessidades, o fortalecimento de ações vinculadas ao processo migratório, bem como no reconhecimento e valorização dos imigrantes que vivem nessa cidade, possibilitando a melhoria das condições de vida e a promoção de acesso aos seus direitos a fim de garantir a construção de uma sociedade mais justa, com equidade e igualitária.

O projeto de extensão também contribuiu para a efetivação das metas estabelecidas na Política de Responsabilidade Social da Universidade de Passo Fundo (Dalmolin e Moretto, 2014) e salienta a necessidade de construir políticas públicas específicas para os imigrantes do Senegal, e demais etnias no âmbito do município em questão. Na medida em que o projeto ampliou seu olhar para a realidade étnica passo-fundense evidenciaram-se questões referentes aos imigrantes do Senegal que estão chegando ao município e tornando-se moradores, trabalhadores da cidade e da região, o que caracteriza o processo migratório internacional. Salientamos que essa discussão tem sido amplamente enfatizada através do Projeto de extensão juntamente com o Fórum de Mobilidade Humana de Passo Fundo, o qual vem aos poucos se institucionalizando com a participação da sociedade civil, do poder legislativo, de categorias profissionais relacionadas com a temática e de instituições de ensino superior. Para pensar tal discussão, o grupo parte do conceito de mobilidade humana que, conforme Jurandir Zamberlam, "[...] é visto sob diversos aspectos. Há um conceito tradicional que enfoca a migração (SEPMOV, 2003) como o movimento das pessoas ou grupos, de um lugar para outro, por diferentes motivos, seja de forma estável ou temporária" (2004, p.13). O processo migratório é tido como um direito de todos, pois o ser

humano busca para si, subjetivamente, melhores condições de vida e com mais dignidade. Desse modo, podendo escolher deslocar-se para diferentes locais conforme seus objetivos pessoais. O Brasil é marcado por fortes movimentos migratórios, o que caracteriza os períodos históricos do país seja pela presença de imigrantes europeus, asiáticos, africanos, os quais foram, de certa maneira, impulsionadores do desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Entretanto, a realidade tem mostrado a

[...] visão de política pública que tem na pessoa migrante apenas o destinatário de uma preocupação (tipicamente uma preocupação de controle), seja de segurança, seja de controle documental". Passa-se a entender como artificiais as justificativas para diversos processos de segregação, de qualquer modo condenados pela Constituição Federal brasileira. Passa-se a diagnosticar as lacunas de atendimento e prestação de serviços e direitos sociais, culturais e econômicos como falhas de atendimento a serem sanadas. Busca-se romper a invisibilidade do tema, seja ela intencional ou acidental, que gera barreiras espontâneas para acessar serviços essenciais como a Educação e a Saúde, e promover condições igualitárias na participação individual e coletiva na construção do futuro econômico, produtivo, cultural e social do país. (COMIGRAR,Jan.2014,p.5).

A partir da aproximação do projeto com os grupos migrantes evidenciaram-se necessidades de uma articulação mais profunda entre processo migratório e universidade. A extensão é então a principal ferramenta da qual podemos nos utilizar para manter esse diálogo. É necessário ressaltar o cuidado que tomamos em compreender esta realidade dentro de seus espaços para que pudéssemos pensar em construir algo com estes sujeitos. Passo Fundo tem sido referência por receber imigrantes que vêm de diferentes nacionalidades, tais como Bangladesh, Haiti, Sudão, Gana, Senegal, e outros.

A República do Senegal é um país africano, sendo sua capital Dakar. O idioma francês é a língua oficial, tendo ainda, inúmeros dialetos regionais. Em relação à religiosidade a população do Senegal cultua o islamismo, ou seja, são muçulmanos. Os imigrantes do Senegal se caracterizam pela organicidade, dedicação, esforço, religiosidade. Buscam condições de uma vida melhor para eles e suas famílias, fazendo planos de permanecer ou não nos países. Quanto à realidade de Passo Fundo, não há um dado preciso sobre o número de imigrantes vivendo na cidade, ou até mesmo que estejam se mobilizando de um local a outro. Ao chegar ao município, os imigrantes encontram diversas barreiras, tais como: dificuldade em receber a permanência; o preconceito; a discriminação; a xenofobia; a exclusão social e a invisibilidade social. Segundo Marinucci (2013, p.80) "em contextos marcados pela xenofobia e pela criminalização dos estrangeiros, os recém-chegados correm sempre o risco de interiorizar as representações negativas da sociedade que o circunda".

Assim sendo, ao chegarem a novos países, provavelmente irão viver às margens da sociedade, aceitando trabalhos em condições desumanas, na tentativa de melhorar a renda salarial. Esses sujeitos também não têm o reconhecimento da formação acadêmica do seu país de origem e de alguma forma farão parte da classe dos excluídos, que necessitarão das mais diversas políticas sociais.

Dessa forma, pode-se caracterizar os imigrantes como sujeitos,

[...] marcados por um conjunto de carências, muitas vezes desqualificados pelas condições em que vivem e trabalham, enfrentando cotidianamente o confisco de seus direitos mais elementares, buscam, na prestação de serviços sociais públicos, alternativas para sobreviver (YASBEK, 2003, p.83).

Os migrantes internacionais que chegam a Passo Fundo são absorvidos inicialmente pelo mercado de trabalho informal, sendo que, somente após a efetivação da documentação junto à polícia federal é que os mesmos podem pretender fazer parte da formalidade, entretanto continuam invisíveis para a sociedade. Essa invisibilidade significa que este sujeito não faz parte desta comunidade, ou seja, não foi acolhido por ela.

A civilização de um povo se mede pelo acolhimento dado aos estrangeiros (Pontes de Miranda), pois são homens e mulheres que devem ser respeitados em virtude de sua dignidade enquanto pessoas, muito além do regime vigente ou do lugar onde residem. Seus direitos não derivam do fato de pertencerem a um Estado ou Nação, mas de sua condição de pessoa cuja dignidade não pode sofrer variações ao mudar de um País para outro (BICUDO apud ZAMBERLAM, 2004, p.27).

Ao pensarmos a relação de trabalho do imigrante em um novo país, várias contradições podem ser identificadas, como no caso do mercado de trabalho onde ocupam espaços onde são tratados como mão de obra barata para as empresas. Sabe-se que a maioria dos imigrantes do Senegal chegam até o Brasil também com o intuito de suprir uma necessidade de mercado de trabalho, o que acaba desencadeando debates sobre o fluxo migratório. Um dos temas discutidos no fórum de mobilidade humana está especificamente relacionado com a comunidade local, que por desconhecimento, acaba manifestando descontentamento com a presença dos imigrantes, fazendo referência de que os mesmos ocupam espaços de trabalho que deveriam ser dos passo-fundenses. Entretanto, sabe-se que os senegaleses estão fixando moradia em Passo Fundo e região, devido a uma demanda de mão de obra do setor econômico, a qual eles têm suprido. "No Rio Grande do Sul os novos imigrantes atuam em inúmeros setores da economia, entre os quais a indústria de alimentos (frigoríficos) [...]" (ZAMBERLAM et al.,2014,p.15). É importante salientar que, os frigoríficos da região, ao desejarem exportar para o Oriente Médio, devem ter o corte das aves segundo os princípios da religião muçulmana. Por conta disto, os imigrantes acabam

ocupando estes postos de trabalho. Fato esse desconhecido por grande parte da comunidade da cidade.

Neste contexto as relações sociais entre senegaleses e passofundenses são caracterizadas por fragilidades. A primeira vista, esta estaria circunscrita a língua, visto que os imigrantes senegaleses não dominam o português, comunicando-se entre si somente no seu dialeto regional, o wolof, francês ou inglês. Outra fragilidade percebida é a construção de uma invisibilidade social destes sujeitos pela comunidade. O conceito de Invisibilidade social tem sido aplicado, em geral,

quando se refere a seres socialmente invisíveis, seja pela indiferença, seja pelo preconceito, está relacionado com a singularidade dos sujeitos, quando a mesma é ocultada pela percepção pelo outro (PORTO apud SOUZA, 2010, s/p).

Os senegaleses ocupam espaços de trabalho muitas vezes não desejados por parte da comunidade local, o que facilita não dar visibilidade para esses sujeitos, reforçado pelo não preparo da sociedade para acolher o diferente. É fundamental ampliar a discussão com a comunidade local e a comunidade acadêmica, bem como proporcionar auxílio às entidades responsáveis pela garantia de direitos e inclusão das pessoas imigrantes. Do mesmo modo contribuir para o fortalecimento de diálogos, levando-se em conta as singularidades dos sujeitos, as particularidades dos grupos, e a sensibilização de todos, de tal maneira a não só analisar o grupo que migra, mas perceber a necessária interação entre diferentes culturas. O processo migratório é desencadeador de variados sentimentos, seja por parte da comunidade regional, quanto dos imigrantes. Para tanto é imprescindível a compreensão de todos os sujeitos em relação à garantia de direitos do imigrante e o reconhecimento do outro enquanto cidadão.

## PROCESSO MIGRATÓRIO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Ao abordar o processo migratório é relevante que possamos reconhecer os grupos migrantes em suas especificidades sócio-culturais, bem como as condições nas quais estão inseridos nesta nova realidade. Neste trabalho procuramos pensar a condição dos imigrantes senegaleses na cidade de Passo Fundo, não sob a lógica do branqueamento (HOFBAUER, 1999), ou seja, abandono dos princípios sócio-culturais do Senegal e incorporação dos valores da sociedade brasileira. Procuramos pensar a inclusão destes grupos no plano da igualdade e reconhecimento das suas diferenças. Nas palavras de Santos,

temos o direito de ser iguais quando nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade que reconheça as diferenças e que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (2003, p. 56).

Conceber os imigrantes como parte da comunidade de Passo Fundo não significa identificá-los a partir de características fenotípicas como cor da pele, textura do cabelo, formato do nariz, entre outros. Neste trabalho os imigrantes são concebidos enquanto uma comunidade étnica, na medida em que se reconheçam como senegaleses. Conforme Barth,

A identidade étnica é definida como um quadro cognitivo comum que constitui um guia para a orientação de relações sociais e a interpretação das situações. Os símbolos e as marcas étnicas são referentes cognitivos manipulados em finalidades pragmáticas de compreensão de sentido comum e mobilizados pelos atores para validar seu comportamento. A aplicação de uma marca étnica a um indivíduo permite simultaneamente dar conta do comportamento deste indivíduo em termos compreensivos para todos os que dividem o mesmo conjunto de categorias de pertença étnica (1998, p. 113).

Pensar os grupos étnicos imigrantes, a partir de sua especificidade, não traz benefícios somente para os integrantes da sua comunidade. A diversidade traz benefícios para toda a comunidade de Passo Fundo, ou seja, a presença destes sujeitos proporciona formas de sociabilidade que privilegiam o respeito e a tolerância ao diferente.

A relação de respeito à diferença passa, necessariamente, pela revisão de noções etnocêntricas, ou seja, noções que estabeleçam relações hierárquicas entre bom e mau, sagrado e profano, certo e errado (ROCHA, 1988). É relevante que abandonemos práticas xenófobas que acabam por excluir os imigrantes. Por isso, devemos adotar a perspectiva relativista que pressupõe a diferença como uma dimensão de riqueza cultural. Neste sentido, é função de uma universidade comunitária, como a UPF, proporcionar formas de sociabilidade para que estes imigrantes reconheçam Passo Fundo como um território possível de existir como sujeito protagonista. É relevante pensar que a

interação e a troca não colocam simplesmente o indivíduo em contato com outros modelos identitários. O indivíduo não se limita a observar a diferença do outro e a integrá-la por um raciocínio comparativo, de tipo racional ou utilitarista. (...) Do ponto de vista teórico, as experiências da diferença e do encontro com o outro são sempre enriquecedoras, pois elas representam a própria condição de emergência da identidade". (SEMPRINI, 1999, p. 102).

A interação constituída entre os sujeitos passofundenses e imigrantes permitirá pensar alguns territórios imigrantes na cidade de Passo Fundo. É importante salientar que o território é um produto histórico de processos sociais e políticos que, na maioria das vezes, está relacionado a conflitos e disputas (LITTLE, 2002). Território e espaço, muitas vezes são utilizados como sinônimos, mas são categorias distintas e complementares, pois todo

território está vinculado a um espaço. Bonnemaïson (2002), diferencia essas categorias ressaltando que a ideia de espaço está relacionada ao plano e uniforme. O espaço é uma categoria vazia sem referência à sensibilidade, à percepção, ao sentimento. Em contrapartida, o território é essencialmente, vivo na medida em que permite a convivibilidade de um grupo social. A partir do conceito de território é que procuramos compreender as formas de sociabilidade dos imigrantes na cidade, levando em conta que "compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez" (BOURDIEU, 2005, p. 40). Nisto, reside a relevância teórica deste texto ao circunscrever processos de interação entre imigrantes e comunidade.

A constituição do território dos imigrantes em Passo Fundo passa, obrigatoriamente, pela religiosidade. Grande parte destes sujeitos são muçulmanos. Atualmente os imigrantes contam com uma mesquita gerida pela Sociedade Beneficente Muçulmana de Passo Fundo que, como toda religião, desempenha uma função relevante na vida dos fiéis. Segundo Durkheim,

os homens que, vivendo da vida religiosa, têm a sensação direta daquilo que a constitui, a esse modo de ver objetam que ele não corresponde à sua expectativa cotidiana. Eles sentem, com efeito, que a verdadeira função da religião não é fazer-nos pensar, enriquecer nosso conhecimento, acrescentar às representações que devemos à ciência, representações de uma outra origem e de um outro caráter, mas a de fazer-nos agir, auxiliá-los a viver (DURKHEIM, 1983, p. 222).

Essa religiosidade norteia suas relações sociais na cidade, nos processos de sociabilidade seja entre os muçulmanos, seja com os passo-fundenses. O islamismo é que sustenta e auxilia os imigrantes a viverem em Passo Fundo.

O islamismo se estende sobre toda a sociedade a partir de uma densa rede de símbolos e de práticas religiosas para dia após dia lembrar a todos que são parte de uma comunidade que potencialmente sem fronteiras identifica a sociedade em que nasceu (PACE, 2005).

Desta forma, a identidade dos muçulmanos é construída a partir da relação com o outro, o sujeito passo-fundense, através dos processos de identificação e diferenciação, no sentido em que o grupo étnico elege os símbolos relevantes desta sociedade, ao mesmo tempo em que não abdica de suas especificidades culturais. Segundo Cuche,

o que separa dois grupos étnico-culturais não é, em princípio, a diferença cultural, como imaginam erroneamente os culturalistas. Uma coletividade pode perfeitamente funcionar admitindo em seu seio uma certa pluralidade cultural. O que cria a separação, a "fronteira", é a vontade de se diferenciar e o uso de certos traços culturais como marcadores de sua identidade específica (, 2002, p. 200).

A identidade étnica dos imigrantes em Passo Fundo está alicerçada na relação entre dois mundos: Senegal e Brasil . A sociabilidade construída através da religiosidade islâmica



é um elemento relevante para o estabelecimento da diáspora. Esta pode ser compreendida, a partir de uma

concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um "Outro" e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Porém, as configurações sincréticas da identidade cultural (...) requerem a noção derridiana de *différance* - uma diferença que não funciona através de binarismos, fronteiras veladas que não separam finalmente, mas são também lugares de passagem, e significados que são posicionados e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim. A diferença, sabemos, é crucial ao significado, e o significado é crucial à cultura. (HALL, 2003,p.33).

Desta forma, conforme Hall (2003), podemos afirmar que a diáspora permite rever e reafirmar noções e símbolos tradicionais da cultura para que o sujeito seja reconhecido, a partir da sua diferença. O tensionamento diaspórico permite que as culturas possam conviver de maneira híbrida. E é justamente a partir do momento em que o imigrante busca ser reconhecido que nascem tensões culturais entre eles e os brasileiros. Para administrar este conflito o governo brasileiro tem construído políticas públicas para os imigrantes. Isto vem ao encontro com o que foi proposto pela primeira Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio.

A trajetória histórica da regulação dos fluxos migratórios pelo Estado brasileiro é longa e complexa, passa pelas raízes coloniais e pela migração forçada, consubstanciada pelas práticas escravistas; passa pela gestão da ocupação territorial brasileira, por violações de direitos incontáveis dos povos originários indígenas, e, finda a escravidão, permeia ainda preocupações racistas com o "branqueamento" da mão-de-obra nacional. Sucessivamente a gestão desses fluxos submete grupos sociais de forma instrumental e utilitarista, administrando um "estoque humano" pela imposição de maiores dificuldades para ingressar, permanecer ou acessar direitos dentro do território nacional. (COMIGRAR, 2014, p. 5).

Para o ser humano toda a mudança cotidiana causa certa estranheza, desconfiança, medo. Isso se dá da mesma maneira quando tratamos sobre os imigrantes, os quais deixam seu local de origem por diferentes motivos e necessitam buscar um novo território para viver. A presença de imigrantes, em um município ao mesmo tempo em que gera curiosidade e interesse, gera dúvida, preconceito, discriminação, repúdio. Segundo Zamberlam "a imigração, geralmente encarada como um fato negativo e desagradável que pode e deve ser combatido" (2004, p.7). O ser humano, desde que nasce é influenciado pela escuta, pelo aprendizado, pela maneira como é tratado ao longo de sua vida. O imigrante inserido numa nova realidade social, tanto pode ser bem acolhido quanto ser estigmatizado. Conforme afirma Bacila,

[...] são consequências dos estigmas a exclusão da relação social normal, a falta de percepção de qualidades da pessoa e expectativas ruins dos "normais" em relação aos estigmatizados. As discriminações são tantas que Goffman chega a afirmar que com isto se reduz as chances de vida do estigmatizado. A ideia de inferioridade e de perigo que o estigmatizado representa é racionalizada e ele é tratado como um estranho ou um outsider, ainda que seja um antigo companheiro ou um cara legal. Não importa quem o estigmatizado é, o que vale para o grupo é que ele não seria bom o bastante para participar da turma, do trabalho ou conviver de perto (,2014,p.31).

Diante desse contexto, tratar sobre os imigrantes remete pensar na subjetividade do ser humano. Conforme Japiassú e Marcondes (1996, p. 254), o conceito de subjetividade está relacionado com a característica do sujeito; aquilo que é pessoal, individual, que pertence ao sujeito e apenas a ele, sendo portanto, em última análise, inacessível a outrem e incomunicável. Nesta mesma perspectiva, o

imigrante acaba muitas vezes se condicionando a imposição de uma nova cultura, o que o faz buscar mecanismos de proteção, pois existe sempre o sentimento de insegurança, já que podem perder o visto de permanência com facilidade, ou ainda sofrer outras formas de violência, conforme já mencionado. Nesse sentido, "Não basta simplesmente adquirir algumas informações sobre usos, costumes ou aprender línguas estrangeiras para se fazer intercultura; deve-se adentrar, sim, para as problemáticas cognitivas, afetivas, sociais, desenvolver um pensamento aberto, flexível, inclusivo, que valorize os comportamentos reconhecidos no diálogo e no encontro" (BECCEGATO;SAYAD apud TEDESCO; GRZYBOVSKI,2013, s/p).

Na tentativa de compreender a subjetividade do imigrante e suas implicações é relevante a construção de políticas públicas específicas para estes grupos, como a Política Nacional de Imigração e Proteção ao (a) Trabalhador (a) Migrante. (BRASIL, 2010, s/p), que necessita dar conta da dimensão de cidadania desse sujeito. Por isso, é fundamental a relação entre migração e cidadania. Esta última, compreendida como a junção e a efetivação dos direitos civis, políticos e sociais. Tendo os países que se esforçar para garantir a cidadania e a dignidade dos imigrantes, pois os mesmos estarão fazendo parte de uma nova sociedade, podendo participar e exercer a democracia.

[...] a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência [...] (COVRE,1998,p.11).

A temática da cidadania também está pautando as conferências que tratam dos processos migratórios, como a COMIGRAR - Conferência Nacional de Migrações e Refúgio que aponta a partir do conceito de cidadania:

[...] definição de inserção cidadã plena e da orientação de uma política migratória para esse conceito de cidadania, as dimensões identitária e cultural ganham evidência. Pelas características próprias e pela centralidade da cultura e da identidade na vida migrante, tanto no país quanto dos migrantes brasileiros no exterior, propostas, debates e tematizações referentes ao reconhecimento da diversidade e as estratégias de valorização cultural ganham um eixo próprio (COMIGRAR,Jan.2014,p.7).

Um dos documentos mais antigos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, inicia uma discussão sobre os direitos do migrante, tratando os direitos humanos como universais, inerentes a qualquer pessoa onde quer que ela se encontre, incluindo uma série de direitos (civis, políticos, econômicos, sociais e culturais). A Organização Internacional para as Migrações elaborou uma listagem com palavras-chave relacionadas com as migrações, que foi traduzida pelo Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (S/A), está entre elas:

"Direitos humanos: aquelas liberdades e benefícios aceitos agora universalmente que todos os seres humanos podem reclamar como direitos na sociedade em que vivem. Esses direitos estão consignados nos instrumentos internacionais, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, desenvolvidos em outros tratados desta natureza, como, por exemplo, a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação da mulher, de 1979, e a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, de 1965" (CSEM,2014).

Entretanto sabemos que as leis não são suficientes para garantir igualdade e justiça. Mesmo com avanços legais históricos, observamos que a exclusão permanece no contexto das relações sociais estabelecidas com os imigrantes. Borba e Lima (2011) fazem uma reflexão sobre a concepção de exclusão e referenciam que a mesma evolui conforme a época, a situação e a visão de diferentes autores. "A exclusão social de um grupo, ou dos indivíduos que pertencem a esse grupo é, antes de tudo, uma negação de respeito, reconhecimento e direitos" (SILVER apud BORBA; LIMA, 2005,p.138). As causas do processo migratório são inúmeras e vão se modificando conforme o período histórico. Conforme Marinucci e Milesi,

O fenômeno migratório contemporâneo, por sua intensidade e diversificação, torna-se cada vez mais complexo, principalmente no que se refere às causas que o originam. Entre elas destacam-se as transformações ocasionadas pela economia globalizada, as quais levam à exclusão crescente dos povos, países e regiões e sua luta pela sobrevivência; a mudança demográfica em curso nos países de primeira industrialização; o aumento das desigualdades entre Norte e Sul no mundo; a existência de barreiras protecionistas que não permitem aos países emergentes colocarem os próprios produtos em condições competitivas nos mercados; a proliferação dos conflitos e das guerras; o terrorismo; os movimentos marcados por questões étnico-religiosas; a urbanização acelerada; a busca de novas condições de vida nos países centrais, por trabalhadores(a) da África, Ásia e América Latina [...]" (2006, p.64).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo migratório em Passo Fundo está permeado por tensões e conflitos que exigem um olhar mais aprofundado de diversos setores da sociedade. Dentre estes, podemos pensar a relevância da universidade neste debate a fim de desconstruir noções e práticas discriminatórias e xenófobas. A universidade, alicerçada na tríade ensino-pesquisa-extensão, tem um papel fundamental ao proporcionar processos formativos aos seus acadêmicos que circunscrevam a relação com a sociedade pautada no respeito às diferenças. Neste sentido, acreditamos que a Universidade de Passo Fundo não pode ficar alheia aos conflitos pelos quais passam os imigrantes senegaleses na cidade.

Desde 2012, a UPF tem colocado em pauta a educação das relações étnico-raciais, nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. A temática já vem circunscrevendo vários territórios da universidade. No que se refere a extensão universitária, o Projeto UPF e Movimentos Sociais: desafio das relações étnico-raciais vem desenvolvendo a temática com os grupos negros, quilombolas e indígenas. Contudo, observando o processo migratório o projeto, no último ano, tem pautado suas ações nos grupos étnicos senegaleses.

O debate apresentado fundamenta a necessidade identificada em abordar os processos migratórios. Essa construção teórica precisa ser sempre amadurecida, possibilitando que as ações sejam cada vez mais articuladas e qualificadas respondendo a realidade observada e, principalmente, embasando as políticas sociais, sem perder de vista a identidade dos grupos étnicos envolvidos. Salientamos que as políticas sociais devam dar conta das particularidades destes grupos, respeitando suas singularidades culturais. Como ressaltamos anteriormente, é fundamental que se construam estratégias de inclusão destes imigrantes contrariamente a uma perspectiva de branqueamento, ou seja, não devemos querer torná-los brasileiros. É importante que respeitemos sua condição de diáspora, alicerçados na possibilidade de mobilidade humana.

### **1.6.7 Referências Bibliográficas:**

- BACILLA, Carlos R. Estigmas - Um Estudo sobre os Preconceitos. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, pp 187-227.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L & ROSENDHAL, S. (orgs). Geografia cultural: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BORBA, Andreilcy A.; LIMA, Herlander M. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Européia. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de auto-análise. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRASIL, Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

\_\_\_\_\_, Lei nº 6.984, de 09 de dezembro de 1981.

\_\_\_\_\_, Constituição Federal de 1988.

\_\_\_\_\_, Conselho Nacional de Imigração. Proposta de Política Nacional de Imigração e Proteção ao (a) Trabalhador (a) Migrante, de 18 de agosto de 2010.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é cidadania. Coleção Primeiros Passos. 7.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

COMIGRAR. Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio. Texto base. Disponível em: [http://www.participa.br/articles/public/0006/4009/Texto\\_base\\_1a\\_COMIGRAR\\_Janeiro\\_2014\\_1\\_.pdf](http://www.participa.br/articles/public/0006/4009/Texto_base_1a_COMIGRAR_Janeiro_2014_1_.pdf). Acesso em: 9 abr.2015. CSEM. Centro Scalabriniano de Migrações. Disponível em: <http://www.csem.org.br/>. Acesso em: 24 nov. 2014.

CSEM. Centro Scalabriniano de Migrações. Disponível em: <http://www.csem.org.br/>. Acesso em: 24 nov. 2014.

CUCHE, Denis. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru, Edusc, 2002.

DALMOLIN, Bernadete Maria & MORETTO, Clenir Maria (orgs). Política de responsabilidade social 2013/2016 [recurso eletrônico]. – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014. Disponível em [http://www.upf.br/editora/images/ebook/politica\\_responsabilidade\\_social\\_pdf.pdf](http://www.upf.br/editora/images/ebook/politica_responsabilidade_social_pdf.pdf). Acesso em 10 de agosto de 2015.

DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Victor Civita, 1983. (Coleção Os Pensadores).

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HALL, S. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2003

HOFBAUER, Andreas. Uma história de branqueamento ou o negro em questão. 1999. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

JAPIASSÚ, Hilton.; MARCONDES, Danilo. Dicionário Básico de Filosofia. 3.ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

MARINUCCI, Roberto. A Religiosidade do Migrante como Fonte de Proteção, Sentido, Dignidade e Diálogo. In: Cadernos de debates Refúgio, Migrações e Cidadania. V.8, n.8 (2013). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2013, p. 73-88

LITTLE, Paul E. (2002), "Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade", *Série Antropologia*, 322. Acesso em 12/10/2009. Disponível em <http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>.

MARINUCCI, Roberto. A Religiosidade do Migrante como Fonte de Proteção, Sentido, Dignidade e Diálogo. In: *Cadernos de debates Refúgio, Migrações e Cidadania*. V.8, n.8 (2013). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2013, p. 73-88.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. Migrantes e Refugiados: Por uma Cidadania Universal. In: *Caderno de Debates* 1. Junho de 2006, p. 53-80.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PACE, Enzo. *Sociologia do Islã: Fenômenos religiosos e lógicas sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

ROCHA, Everardo Guimarães. *O que é etnocentrismo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

SOUZA, José F. A. Invisibilidade social: a outra face do preconceito. (2010). Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/invisibilidade-social-a-outra-face-do-preconceito/31904/#ixzz3UK5xKfB> |> Acesso em: 17 nov.2014.

TEDESCO, João C.; GRZYBOVSKI, Denize. Dinâmica migratória dos senegalês no norte do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos de População*. vol.30, n.1. São Paulo. Janeiro/junho, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982013000100015&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982013000100015&script=sci_arttext)>. Acesso em: 7 nov.2014

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 4. Ed. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1988.

ZAMBERLAM, Jurandir. *O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização*. Porto Alegre: Pallotti, 2004.

ZAMBERLAM, Jurandir.; CORSO, Giovanni.; CIMADON, João Marcos.; BOCCHI, Lauro. *Os Novos Rostos da imigração no Brasil - haitianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Solidus, 2014.

YASBEK, Maria C. *Classes subalternas e assistência social*. 4.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2003.